

Cargo: P01 - PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (1º AO 5º ANO)

Disciplina: Conhecimentos Pedagógicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
11	ser	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. • Aprender a conhecer, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida. • Aprender a fazer, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho. • Aprender a conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz. • Aprender a ser, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
12	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que, NÃO há qualquer inconsistência ou erro no uso do conteúdo, previsto em Edital. Cabe lembrar que Literatura está dentro do conceito de “Educação, sociedade e cultura”. NÃO se está trabalhando a literatura</p>	INDEFERIDO	-

	<p>como aspecto estético, mas como uma expressão cultural “Olhar a literatura na sua condição de linguagem, em interface com outras expressões culturais, pode, no mínimo, reservar-lhe o sabor de — oferecer verbo para o leitor referir e tratar a cultura, em múltiplas linguagens, seja o cinema, as artes plásticas ou a música, por exemplo. Aí, todavia, se coloca a contraface problemática para o deslocamento da literatura: o lugar da cultura tão pouco está marcado em nossas escolas de ensino médio e em boa parte do terceiro grau (YUNES, 2003, p. 65).”. A literatura faz parte do tesouro cultural de toda comunidade linguística. Sendo, assim, insere-se no conceito de cultura. Além disso, a alternativa correta sustenta o uso do verbo no momento discursivo, distanciando-se do uso linguístico gramatiquero que apenas considera categorias do verbo (como o aspecto e a modalidade). Outro ponto do Edital também explorado é Educação e cultura afro-brasileira Mariosa e Reis (2011, p. 46) ressaltam que “a construção da identidade do indivíduo inicia-se na sua infância e vai sofrer influência de todos os referenciais com os quais ele irá se deparar ao longo de sua história. Sejam positivos ou negativos”. Neste sentido, ainda de acordo com os autores citados, a construção da identidade da criança inevitavelmente perpassa pelos referenciais a ela apresentada, a exemplo dos brinquedos, dos personagens de desenhos animados e das histórias infantis. Histórias essas que pode ocorrer de duas formas, através da oralidade ou dos livros. E, em ambas as formas, geralmente, a criança irá se deparar com heróis, mocinhas, príncipes e princesas, fadas e outros personagens principais, todos brancos e de origem europeia, levando-a acreditar que os padrões do belo e do bom são esses narrados ou que ela vê nos livros infantis. O que leva a criança branca a se identificar e pensar superior as outras, a estar em uma posição privilegiada em relação às demais etnias. Alimentando na criança negra a imagem de que é inferior e inadequada, a crescer com a ideia introjetada de branqueamento, de que só será aceita se se aproximar dos referenciais estabelecidos pelos brancos. Logo, trabalhar com a literatura infantil afro-brasileira, como aspecto de cultura, “onde os heróis são referências em histórias como protagonistas negros, pode contribuir, tanto para a construção da identidade e da autoestima de crianças negras como para a valorização da convivência na diversidade com a criança branca” (MARIOSIA; REIS, 2011, p. 43).</p>		
--	--	--	--

		<p>Dessa forma, A quebra de paradigmas, padrões, preconceitos e estereótipos raciais surge como uma luta pela valorização do negro/negra e funda novas representações por meio de obras literárias na valorização identitária no Brasil. Pensar em tais características é contextualizarmos novas formas de aprender, seja no ambiente escolar e na sociedade. Algumas características como o cabelo cacheado foram e são motivos de racialização e preconceito, ressurgem agora como formas de fortalecimento para a identidade. Elas (re)afirmam um espaço corpóreo cultural na representação da arte como espaço de expressão negra/o em territórios antes ditos 'neutros', mas sempre organizado por meio de discursos para a branquidade. "Dentre as formas latentes de discriminação contra o não branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana- ao ser- a mais constante: é o branco o representante da espécie" (ROSEMBERG, 1985, p.81). É na escola, através de orientação de professores bem preparados, que as crianças se tornam protagonistas de seu próprio tempo e espaço e, sem dúvida, a leitura de diferentes literaturas proporciona o desenvolvimento cultural adequado que oportuniza à criança ser protagonista das mudanças e quebras de paradigmas socioculturais.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
14	I	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente que: "Estágio" e "estádio" são palavras intercambiáveis e igualmente aceitas pelos melhores dicionaristas quando têm a acepção genérica de "momento ou período específico em um processo contínuo; fase, etapa", ou ainda quando são empregadas na acepção biológica mais restrita de "fase no desenvolvimento ou ciclo vital de um organismo" (Houaiss). NÃO há, portanto, qualquer elemento linguístico que prejudique o entendimento do item avaliado, ou provoque confusão mental ou psicológica no candidato.</p> <p>Na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, há três estruturas que correspondem a três estádios do desenvolvimento intelectual, a saber, observe-se que é uma questão de associação, estrutura X estádio, com baixo grau de dificuldade. A única associação correta é a I.</p> <p>- Inteligência sensório-motora conhecimento prático dos objetos (situações) resolução de problemas de ação ex^o:</p>	INDEFERIDO	-

		<p>manipulação de objetos</p> <p>As associações subsequentes estão INCORRETAS:</p> <p>Inteligência operatória concreta representação mental das ações pensamento concreto operações sobre objetos ex: relação entre objetos;</p> <p>Inteligência operatória formal reflexão, abstração pensamento formal operações sobre (os resultados das) operações ex proporção: relação entre relações.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
15	<p>não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida.</p>	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que Vygotsky foi um dos primeiros autores a diferenciar o processo de aprendizagem da criança e a FORMALIZAÇÃO escolar. Para este autor, a aprendizagem começa no ingresso à escola. Nessa afirmação, fica claro que, para este teórico, o processo de formalização do conhecimento proposto pela escola não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida. Observe-se que há um contexto a ser considerado: FORMALIZAÇÃO ESCOLAR, por isso, deve-se considerar o recorte a ser analisado na questão.</p> <p>Para o entendimento da aprendizagem segundo os estudos de Vygotsky, será utilizada a definição dada por Oliveira (1993, p. 57), sendo esta "o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente E AS OUTRAS PESSOAS"./ Vygotsky, em sua teoria, preocupou-se mais com a aprendizagem escolar e a sua relação com o desenvolvimento ocorrido antes e durante o processo escolar. Como o processo de desenvolvimento se inicia muito antes da entrada dos sujeitos na escola, este autor considerou importante frisar que o rumo da aprendizagem escolar não precisa ser necessariamente o mesmo do desenvolvimento pré-escolar, podendo existir desvios e até mesmo uma direção contrária. Ainda discorrendo sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky (2001) afirmou que este último ocorre de forma aleatória dentro de um padrão da espécie enquanto que a primeira é SISTEMÁTICA e oferece algo de completamente novo ao curso do anterior./ É importante mencionar também a importância que Vygotsky atribui ao desenvolvimento da linguagem para a formação do sujeito. A LINGUAGEM, para este autor é a principal mediadora</p>	INDEFERIDO	-

		<p>dos sujeitos com o mundo, sendo, assim, essencial na constituição do sujeito enquanto humano e NÃO a formalização do conhecimento proposto pela escola.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
16	2, 3 e 4.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: a nítida ampliação das referências à educação especial na perspectiva inclusiva nos textos de políticas públicas desse gênero, remetem a um olhar para possível compreensão da implementação e do impacto no âmbito escolar. Assim, um documento essencial influência à formulação das políticas públicas de educação inclusiva, a Declaração de Salamanca, quando se refere aos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Além disso congrega todos os governos e demanda que eles:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. estabeleçam mecanismos participatórios e centralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais. INCORRETO - estabeleçam mecanismos participatórios e DESCENTRALIZADOS para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais 2. atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. CORRETO 3. desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. CORRETO 4. garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. CORRETO <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-

19	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com a legislação vigente, cabe aos sistemas de ensino regulamentar a gestão democrática por meio de instrumentos fundamentais ao incremento da participação indicados a seguir:</p> <p>I. Projeto Político-Pedagógico da escola, elaborado por profissionais da educação. CORRETO – observe-se que NÃO se afirma que apenas o profissional da educação elabora o projeto. Dessa forma NÃO há incongruência na afirmação.</p> <p>II. Conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. CORRETO</p> <p>III. Diretrizes, objetivos e metas a serem implementadas nas diversas etapas e modalidades da educação básica e superior. INCORRETO</p> <p>Na Lei n. 9.394/1996, a gestão democrática, enquanto princípio, o aparece no artigo 3 , inciso VIII: "Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino". Sobre os princípios norteadores da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica, a LDB dispõe: Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. De acordo com a legislação vigente, cabe aos sistemas de ensino regulamentar a gestão democrática por meio de dois instrumentos fundamentais ao incremento da participação: a) Projeto Político-Pedagógico da escola, elaborado por profissionais da educação; b) conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. Portanto, nem o Projeto Político-Pedagógico da escola pode ser desenvolvido sem o envolvimento dos profissionais da educação, nem o conselho escolar pode prescindir dos professores e dos funcionários. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
20	1 e 2	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:</p> <p>1. formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante.</p>	INDEFERIDO	-

	<p>2. formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa.</p> <p>3. formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de informação e aprendizagem académicas.</p> <p>4. aquisição de competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e permanência do sistema educativo.</p> <p>Consideramos, ainda, ser importante salientar o que vem referido nas alíneas f, g e h do artigo antes mencionado: 1 - A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios: (...) f) formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante; g) formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa; h) formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de AUTOINFORMAÇÃO E AUTOAPRENDIZAGEM. Vemos assim, consignada na lei, a forte articulação entre a formação e o seu impacto em nível intra e interindividual, organizacional e social, conforme anteriormente havíamos referido. O Decreto-Lei nº 344/89 de 11 de Outubro, ao estabelecer o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, regulamenta a formação destes profissionais e enuncia os princípios a que a formação deve obedecer com algumas reformulações ao que já havia sido enunciado no artigo 30º, nº 1 da Lei 46/86 de 14 de Outubro, entre as quais destacamos as alíneas b e f do artigo 3º.</p> <p>Este mesmo Decreto-Lei (artigo 25º) salienta que a formação contínua é um direito e um dever e define três objetivos fundamentais (artigo 26º, nº 1). Entre eles tem-se: adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e MODERNIZAÇÃO do sistema educativo.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	--	--

Cargo: P03 - PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (ARTES)

Disciplina: Conhecimentos Pedagógicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	I	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente que: “Estágio” e “estádio” são palavras intercambiáveis e igualmente aceitas pelos melhores dicionaristas quando têm a acepção genérica de “momento ou período específico em um processo contínuo; fase, etapa”, ou ainda quando são empregadas na acepção biológica mais restrita de “fase no desenvolvimento ou ciclo vital de um organismo” (Houaiss). NÃO há, portanto, qualquer elemento linguístico que prejudique o entendimento do item avaliado, ou provoque confusão mental ou psicológica no candidato.</p> <p>Na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, há três estruturas que correspondem a três estádios do desenvolvimento intelectual, a saber, observe-se que é uma questão de associação, estrutura X estádio, com baixo grau de dificuldade. A única associação correta é a I</p> <p>- Inteligência sensório-motora conhecimento prático dos objetos (situações) resolução de problemas de ação ex^o: manipulação de objetos</p> <p>As associações subsequentes estão INCORRETAS:</p> <p>Inteligência operatória concreta representação mental das ações pensamento concreto operações sobre objetos ex^o: relação entre objetos;</p> <p>Inteligência operatória formal reflexão, abstração pensamento formal operações sobre (os resultados das) operações ex^o proporção: relação entre relações.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
20	1 e 2	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:</p> <p>5. formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante.</p> <p>6. formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a</p>	INDEFERIDO	-

		<p>atividade educativa.</p> <p>7. formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de informação e aprendizagem académicas.</p> <p>8. aquisição de competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e permanência do sistema educativo.</p> <p>Consideramos, ainda, ser importante salientar o que vem referido nas alíneas f, g e h do artigo antes mencionado: 1 - A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios: (...) f) formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante; g) formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa; h) formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de AUTOINFORMAÇÃO E AUTOAPRENDIZAGEM. Vemos assim, consignada na lei, a forte articulação entre a formação e o seu impacto em nível intra e interindividual, organizacional e social, conforme anteriormente havíamos referido. O Decreto-Lei nº 344/89 de 11 de Outubro, ao estabelecer o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, regulamenta a formação destes profissionais e enuncia os princípios a que a formação deve obedecer com algumas reformulações ao que já havia sido enunciado no artigo 30º, nº 1 da Lei 46/86 de 14 de Outubro, entre as quais destacamos as alíneas b e f do artigo 3º.</p> <p>Este mesmo Decreto-Lei (artigo 25º) salienta que a formação contínua é um direito e um dever e define três objetivos fundamentais (artigo 26º, nº 1). Entre eles tem-se: adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e MODERNIZAÇÃO do sistema educativo.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Cargo: P04 - PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (CIÊNCIAS)

Disciplina: Conhecimentos Pedagógicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
12	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que, NÃO há qualquer inconsistência ou erro no uso do conteúdo, previsto em Edital. Cabe lembrar que Literatura está dentro do conceito de “Educação, sociedade e cultura”. NÃO se está trabalhando a literatura como aspecto estético, mas como uma expressão cultural “Olhar a literatura na sua condição de linguagem, em interface com outras expressões culturais, pode, no mínimo, reservar-lhe o sabor de —oferecer verbo para o leitor referir e tratar a cultura, em múltiplas linguagens, seja o cinema, as artes plásticas ou a música, por exemplo. /.../ Aí, todavia, se coloca a contraface problemática para o deslocamento da literatura: o lugar da cultura tão pouco está marcado em nossas escolas de ensino médio e em boa parte do terceiro grau (YUNES, 2003, p. 65)”. A literatura faz parte do tesouro cultural de toda comunidade linguística. Sendo, assim, insere-se no conceito de cultura. Além disso, a alternativa correta sustenta o uso do verbo no momento discursivo, distanciando-se do uso linguístico gramatiquero que apenas considera categorias do verbo (como o aspecto e a modalidade). Outro ponto do Edital também explorado é Educação e cultura afro-brasileira Mariosa e Reis (2011, p. 46) ressaltam que “a construção da identidade do indivíduo inicia-se na sua infância e vai sofrer influência de todos os referenciais com os quais ele irá se deparar ao longo de sua história. Sejam positivos ou negativos”. Neste sentido, ainda de acordo com os autores citados, a construção da identidade da criança inevitavelmente perpassa pelos referenciais a ela apresentada, a exemplo dos brinquedos, dos personagens de desenhos animados e das histórias infantis. Histórias essas que pode ocorrer de duas formas, através da oralidade ou dos livros. E, em ambas as formas, geralmente, a criança irá se deparar com heróis, mocinhas, príncipes e princesas, fadas e outros personagens principais, todos brancos e de origem europeia, levando-a acreditar que os padrões do belo e do bom são esses</p>	INDEFERIDO	-

		<p>narrados ou que ela vê nos livros infantis. O que leva a criança branca a se identificar e pensar superior as outras, a estar em uma posição privilegiada em relação às demais etnias. Alimentando na criança negra a imagem de que é inferior e inadequada, a crescer com a ideia introjetada de branqueamento, de que só será aceita se se aproximar dos referenciais estabelecidos pelos brancos. Logo, trabalhar com a literatura infantil afro-brasileira, como aspecto de cultura, "onde os heróis são referências em histórias como protagonistas negros, pode contribuir, tanto para a construção da identidade e da autoestima de crianças negras como para a valorização da convivência na diversidade com a criança branca" (MARIOSIA; REIS, 2011, p. 43).</p> <p>Dessa forma, A quebra de paradigmas, padrões, preconceitos e estereótipias raciais surge como uma luta pela valorização do negro/negra e funda novas representações por meio de obras literárias na valorização identitária no Brasil. Pensar em tais características é contextualizarmos novas formas de aprender, seja no ambiente escolar e na sociedade. Algumas características como o cabelo cacheado foram e são motivos de racialização e preconceito, ressurgem agora como formas de fortalecimento para a identidade. Elas (re)afirmam um espaço corpóreo cultural na representação da arte como espaço de expressão negra/o em territórios antes ditos 'neutros', mas sempre organizado por meio de discursos para a branquidade. "Dentre as formas latentes de discriminação contra o não branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana- ao ser- a mais constante: é o branco o representante da espécie" (ROSEMBERG, 1985, p.81). É na escola, através de orientação de professores bem preparados, que as crianças se tornam protagonistas de seu próprio tempo e espaço e, sem dúvida, a leitura de diferentes literaturas proporciona o desenvolvimento cultural adequado que oportuniza à criança ser protagonista das mudanças e quebras de paradigmas socioculturais.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
15	não é a única fonte que o sujeito possui para	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que Vygotsky foi um dos primeiros autores a diferenciar o processo de aprendizagem da criança e a FORMALIZAÇÃO escolar. Para este autor, a aprendizagem	INDEFERIDO	-

	<p>aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida.</p>	<p>começa no ingresso à escola. Nessa afirmação, fica claro que, para este teórico, o processo de formalização do conhecimento proposto pela escola não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida. Observe-se que há um contexto a ser considerado: FORMALIZAÇÃO ESCOLAR, por isso, deve-se considerar o recorte a ser analisado na questão.</p> <p>Para o entendimento da aprendizagem segundo os estudos de Vygotsky, será utilizada a definição dada por Oliveira (1993, p. 57), sendo esta “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente E AS OUTRAS PESSOAS”./ Vygotsky, em sua teoria, preocupou-se mais com a aprendizagem escolar e a sua relação com o desenvolvimento ocorrido antes e durante o processo escolar. Como o processo de desenvolvimento se inicia muito antes da entrada dos sujeitos na escola, este autor considerou importante frisar que o rumo da aprendizagem escolar não precisa ser necessariamente o mesmo do desenvolvimento pré-escolar, podendo existir desvios e até mesmo uma direção contrária. Ainda discorrendo sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky (2001) afirmou que este último ocorre de forma aleatória dentro de um padrão da espécie enquanto que a primeira é SISTEMÁTICA e oferece algo de completamente novo ao curso do anterior./ É importante mencionar também a importância que Vygotsky atribui ao desenvolvimento da linguagem para a formação do sujeito. A LINGUAGEM, para este autor é a principal mediadora dos sujeitos com o mundo, sendo, assim, essencial na constituição do sujeito enquanto humano e NÃO a formalização do conhecimento proposto pela escola.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	--	--	--

Cargo: P05 - PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (EDUCAÇÃO FÍSICA)

Disciplina: Conhecimentos Pedagógicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
12	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente, que, NÃO há qualquer inconsistência ou erro no uso do conteúdo, previsto em Edital. Cabe lembrar que Literatura está dentro do conceito de "Educação, sociedade e cultura". NÃO se está trabalhando a literatura como aspecto estético, mas como uma expressão cultural "Olhar a literatura na sua condição de linguagem, em interface com outras expressões culturais, pode, no mínimo, reservar-lhe o sabor de oferecer verbo para o leitor referir e tratar a cultura, em múltiplas linguagens, seja o cinema, as artes plásticas ou a música, por exemplo. Aí, todavia, se coloca a contraface problemática para o deslocamento da literatura: o lugar da cultura tão pouco está marcado em nossas escolas de ensino médio e em boa parte do terceiro grau (YUNES, 2003, p. 65)". A literatura faz parte do tesouro cultural de toda comunidade linguística. Sendo, assim, insere-se no conceito de cultura. Além disso, a alternativa correta sustenta o uso do verbo no momento discursivo, distanciando-se do uso linguístico gramatiquero que apenas considera categorias do verbo (como o aspecto e a modalidade). Outro ponto do Edital também explorado é Educação e cultura afro-brasileira Mariosa e Reis (2011, p. 46) ressaltam que "a construção da identidade do indivíduo inicia-se na sua infância e vai sofrer influência de todos os referenciais com os quais ele irá se deparar ao longo de sua história. Sejam positivos ou negativos". Neste sentido, ainda de acordo com os autores citados, a construção da identidade da criança inevitavelmente perpassa pelos referenciais a ela apresentada, a exemplo dos brinquedos, dos personagens de desenhos animados e das histórias infantis. Histórias essas que pode ocorrer de duas formas, através da oralidade ou dos livros. E, em ambas as formas, geralmente, a criança irá se deparar com heróis, mocinhas, príncipes e princesas, fadas e outros personagens principais, todos brancos e de origem europeia, levando-a acreditar que os padrões do belo e do bom são esses</p>	INDEFERIDO	-

		<p>narrados ou que ela vê nos livros infantis. O que leva a criança branca a se identificar e pensar superior as outras, a estar em uma posição privilegiada em relação às demais etnias. Alimentando na criança negra a imagem de que é inferior e inadequada, a crescer com a ideia introjetada de branqueamento, de que só será aceita se se aproximar dos referenciais estabelecidos pelos brancos. Logo, trabalhar com a literatura infantil afro-brasileira, como aspecto de cultura, "onde os heróis são referências em histórias como protagonistas negros, pode contribuir, tanto para a construção da identidade e da autoestima de crianças negras como para a valorização da convivência na diversidade com a criança branca" (MARIOSIA; REIS, 2011, p. 43).</p> <p>Dessa forma, A quebra de paradigmas, padrões, preconceitos e estereótipos raciais surge como uma luta pela valorização do negro/negra e funda novas representações por meio de obras literárias na valorização identitária no Brasil. Pensar em tais características é contextualizarmos novas formas de aprender, seja no ambiente escolar e na sociedade. Algumas características como o cabelo cacheado foram e são motivos de racialização e preconceito, ressurgem agora como formas de fortalecimento para a identidade. Elas (re)afirmam um espaço corpóreo cultural na representação da arte como espaço de expressão negra/o em territórios antes ditos 'neutros', mas sempre organizado por meio de discursos para a branquidade. "Dentre as formas latentes de discriminação contra o não branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana- ao ser- a mais constante: é o branco o representante da espécie" (ROSEMBERG, 1985, p.81). É na escola, através de orientação de professores bem preparados, que as crianças se tornam protagonistas de seu próprio tempo e espaço e, sem dúvida, a leitura de diferentes literaturas proporciona o desenvolvimento cultural adequado que oportuniza à criança ser protagonista das mudanças e quebras de paradigmas socioculturais.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
13	I e III	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, do ponto de vista do EDITAL que prevê o conteúdo Educação, sociedade e cultura, a escola é, sem dúvida, uma instituição cultural. Portanto, as relações entre escola e cultura não	INDEFERIDO	-

		<p>podem ser concebidas como entre dois polos independentes, mas sim como universos entrelaçados, como uma teia tecida no cotidiano e com fios e nós profundamente articulados. Se partimos dessas afirmações, se aceitamos a íntima associação entre escola e cultura, se vemos suas relações como intrinsecamente constitutivas do universo educacional, cabe indagar por que hoje essa constatação parece se revestir de novidade, sendo mesmo vista por vários autores como especialmente desafiadora para as práticas educativas. A escola é uma instituição construída historicamente no contexto da modernidade, considerada como mediação privilegiada para desenvolver uma função social fundamental: transmitir cultura, oferecer às novas gerações o que de mais significativo culturalmente produziu a humanidade.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
14	I	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente que: “Estágio” e “estádio” são palavras intercambiáveis e igualmente aceitas pelos melhores dicionaristas quando têm a acepção genérica de “momento ou período específico em um processo contínuo; fase, etapa”, ou ainda quando são empregadas na acepção biológica mais restrita de “fase no desenvolvimento ou ciclo vital de um organismo” (Houaiss). NÃO há, portanto, qualquer elemento linguístico que prejudique o entendimento do item avaliado, ou provoque confusão mental ou psicológica no candidato.</p> <p>Na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, há três estruturas que correspondem a três estádios do desenvolvimento intelectual, a saber, observe-se que é uma questão de associação, estrutura X estádio, com baixo grau de dificuldade. A única associação correta é a I</p> <p>- Inteligência sensório-motora conhecimento prático dos objetos (situações) resolução de problemas de ação ex^o: manipulação de objetos</p> <p>As associações subsequentes estão INCORRETAS:</p> <p>Inteligência operatória concreta representação mental das ações pensamento concreto operações sobre objetos ex^o: relação entre objetos;</p> <p>Inteligência operatória formal reflexão, abstração pensamento formal operações sobre (os resultados das) operações ex^o proporção: relação entre relações.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na</p>	INDEFERIDO	-

		questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
15	não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que Vygotsky foi um dos primeiros autores a diferenciar o processo de aprendizagem da criança e a FORMALIZAÇÃO escolar. Para este autor, a aprendizagem começa no ingresso à escola. Nessa afirmação, fica claro que, para este teórico, o processo de formalização do conhecimento proposto pela escola não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida. Observe-se que há um contexto a ser considerado: FORMALIZAÇÃO ESCOLAR, por isso, deve-se considerar o recorte a ser analisado na questão.</p> <p>Para o entendimento da aprendizagem segundo os estudos de Vygotsky, será utilizada a definição dada por Oliveira (1993, p. 57), sendo esta “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente E AS OUTRAS PESSOAS”./ Vygotsky, em sua teoria, preocupou-se mais com a aprendizagem escolar e a sua relação com o desenvolvimento ocorrido antes e durante o processo escolar. Como o processo de desenvolvimento se inicia muito antes da entrada dos sujeitos na escola, este autor considerou importante frisar que o rumo da aprendizagem escolar não precisa ser necessariamente o mesmo do desenvolvimento pré-escolar, podendo existir desvios e até mesmo uma direção contrária. Ainda discorrendo sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky (2001) afirmou que este último ocorre de forma aleatória dentro de um padrão da espécie enquanto que a primeira é SISTEMÁTICA e oferece algo de completamente novo ao curso do anterior./ É importante mencionar também a importância que Vygotsky atribui ao desenvolvimento da linguagem para a formação do sujeito. A LINGUAGEM, para este autor é a principal mediadora dos sujeitos com o mundo, sendo, assim, essencial na constituição do sujeito enquanto humano e NÃO a formalização do conhecimento proposto pela escola.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
19	I e II	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de acordo com a legislação vigente, cabe aos sistemas de	INDEFERIDO	-

		<p>ensino regulamentar a gestão democrática por meio de instrumentos fundamentais ao incremento da participação indicados a seguir:</p> <p>I. Projeto Político-Pedagógico da escola, elaborado por profissionais da educação. CORRETO – observe-se que NÃO se afirma que apenas o profissional da educação elabora o projeto. Dessa forma NÃO há incongruência na afirmação.</p> <p>II. Conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. CORRETO</p> <p>III. Diretrizes, objetivos e metas a serem implementadas nas diversas etapas e modalidades da educação básica e superior. INCORRETO</p> <p>Na Lei n. 9.394/1996, a gestão democrática, enquanto princípio, o aparece no artigo 3 , inciso VIII: "Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino". Sobre os princípios norteadores da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica, a LDB dispõe: Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. De acordo com a legislação vigente, cabe aos sistemas de ensino regulamentar a gestão democrática por meio de dois instrumentos fundamentais ao incremento da participação: a) Projeto Político-Pedagógico da escola, elaborado por profissionais da educação; b) conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. Portanto, nem o Projeto Político-Pedagógico da escola pode ser desenvolvido sem o envolvimento dos profissionais da educação, nem o conselho escolar pode prescindir dos professores e dos funcionários. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	1 e 2	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:</p> <p>9. formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante.</p> <p>10. formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a</p>	INDEFERIDO	-

		<p>atividade educativa.</p> <p>11.formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de informação e aprendizagem acadêmicas.</p> <p>12.aquisição de competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e permanência do sistema educativo.</p> <p>Consideramos, ainda, ser importante salientar o que vem referido nas alíneas f, g e h do artigo antes mencionado: 1 - A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios: (...) f) formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante; g) formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa; h) formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de AUTOINFORMAÇÃO E AUTOAPRENDIZAGEM. Vemos assim, consignada na lei, a forte articulação entre a formação e o seu impacto em nível intra e interindividual, organizacional e social, conforme anteriormente havíamos referido. O Decreto-Lei nº 344/89 de 11 de Outubro, ao estabelecer o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, regulamenta a formação destes profissionais e enuncia os princípios a que a formação deve obedecer com algumas reformulações ao que já havia sido enunciado no artigo 30º, nº 1 da Lei 46/86 de 14 de Outubro, entre as quais destacamos as alíneas b e f do artigo 3º.</p> <p>Este mesmo Decreto-Lei (artigo 25º) salienta que a formação contínua é um direito e um dever e define três objetivos fundamentais (artigo 26º, nº 1). Entre eles tem-se: adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e MODERNIZAÇÃO do sistema educativo.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--

Cargo: P07 - PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (GEOGRAFIA)

Disciplina: Conhecimentos Pedagógicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
15	não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que Vygotsky foi um dos primeiros autores a diferenciar o processo de aprendizagem da criança e a FORMALIZAÇÃO escolar. Para este autor, a aprendizagem começa no ingresso à escola. Nessa afirmação, fica claro que, para este teórico, o processo de formalização do conhecimento proposto pela escola não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida. Observe-se que há um contexto a ser considerado: FORMALIZAÇÃO ESCOLAR, por isso, deve-se considerar o recorte a ser analisado na questão.</p> <p>Para o entendimento da aprendizagem segundo os estudos de Vygotsky, será utilizada a definição dada por Oliveira (1993, p. 57), sendo esta “o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente E AS OUTRAS PESSOAS”./ Vygotsky, em sua teoria, preocupou-se mais com a aprendizagem escolar e a sua relação com o desenvolvimento ocorrido antes e durante o processo escolar. Como o processo de desenvolvimento se inicia muito antes da entrada dos sujeitos na escola, este autor considerou importante frisar que o rumo da aprendizagem escolar não precisa ser necessariamente o mesmo do desenvolvimento pré-escolar, podendo existir desvios e até mesmo uma direção contrária. Ainda discorrendo sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky (2001) afirmou que este último ocorre de forma aleatória dentro de um padrão da espécie enquanto que a primeira é SISTEMÁTICA e oferece algo de completamente novo ao curso do anterior./ É importante mencionar também a importância que Vygotsky atribui ao desenvolvimento da linguagem para a formação do sujeito. A LINGUAGEM, para este autor é a principal mediadora dos sujeitos com o mundo, sendo, assim, essencial na constituição do sujeito enquanto humano e NÃO a formalização do conhecimento proposto pela escola.</p>	INDEFERIDO	-

		Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.		
--	--	--	--	--

Cargo: P10 - PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (LÍNGUA PORTUGUESA)

Disciplina: Conhecimentos Pedagógicos

Questão	Gabarito por extenso	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
14	I	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer, primeiramente que: “Estágio” e “estádio” são palavras intercambiáveis e igualmente aceitas pelos melhores dicionaristas quando têm a acepção genérica de “momento ou período específico em um processo contínuo; fase, etapa”, ou ainda quando são empregadas na acepção biológica mais restrita de “fase no desenvolvimento ou ciclo vital de um organismo” (Houaiss). NÃO há, portanto, qualquer elemento linguístico que prejudique o entendimento do item avaliado, ou provoque confusão mental ou psicológica no candidato.</p> <p>Na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget, há três estruturas que correspondem a três estádios do desenvolvimento intelectual, a saber, observe-se que é uma questão de associação, estrutura X estádio, com baixo grau de dificuldade. A única associação correta é a I</p> <p>- Inteligência sensório-motora conhecimento prático dos objetos (situações) resolução de problemas de ação exº: manipulação de objetos</p> <p>As associações subseqüentes estão INCORRETAS:</p> <p>Inteligência operatória concreta representação mental das ações pensamento concreto operações sobre objetos exº: relação entre objetos;</p> <p>Inteligência operatória formal reflexão, abstração pensamento formal operações sobre (os resultados das) operações exº proporção: relação entre relações.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>	INDEFERIDO	-
15	não é a única fonte que o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que Vygotsky foi um dos primeiros autores a diferenciar o processo de aprendizagem da criança e a FORMALIZAÇÃO escolar. Para este autor, a aprendizagem começa no ingresso à escola. Nessa afirmação, fica claro que, para este teórico, o processo de formalização do conhecimento proposto pela escola não é a única fonte que</p>	INDEFERIDO	-

	humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida.	<p>o sujeito possui para aprender, isso está inato às capacidades humanas, conseguindo assim, aprender com qualquer situação vivida. Observe-se que há um contexto a ser considerado: FORMALIZAÇÃO ESCOLAR, por isso, deve-se considerar o recorte a ser analisado na questão.</p> <p>Para o entendimento da aprendizagem segundo os estudos de Vygotsky, será utilizada a definição dada por Oliveira (1993, p. 57), sendo esta "o processo pelo qual o sujeito adquire informações, habilidades, atitudes, valores e etc. a partir do seu contato com a realidade, o meio ambiente E AS OUTRAS PESSOAS"./ Vygotsky, em sua teoria, preocupou-se mais com a aprendizagem escolar e a sua relação com o desenvolvimento ocorrido antes e durante o processo escolar. Como o processo de desenvolvimento se inicia muito antes da entrada dos sujeitos na escola, este autor considerou importante frisar que o rumo da aprendizagem escolar não precisa ser necessariamente o mesmo do desenvolvimento pré-escolar, podendo existir desvios e até mesmo uma direção contrária. Ainda discorrendo sobre a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky (2001) afirmou que este último ocorre de forma aleatória dentro de um padrão da espécie enquanto que a primeira é SISTEMÁTICA e oferece algo de completamente novo ao curso do anterior./ É importante mencionar também a importância que Vygotsky atribui ao desenvolvimento da linguagem para a formação do sujeito. A LINGUAGEM, para este autor é a principal mediadora dos sujeitos com o mundo, sendo, assim, essencial na constituição do sujeito enquanto humano e NÃO a formalização do conhecimento proposto pela escola. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
16	2, 3 e 4.	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que: a nítida ampliação das referências à educação especial na perspectiva inclusiva nos textos de políticas públicas desse gênero, remetem a um olhar para possível compreensão da implementação e do impacto no âmbito escolar. Assim, um documento essencial influência à formulação das políticas públicas de educação inclusiva, a Declaração de Salamanca, quando se refere aos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante do sistema educacional. Além disso congrega todos os governos e</p>	INDEFERIDO	-

		<p>demanda que eles:</p> <p>5. estabeleçam mecanismos participatórios e centralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais. INCORRETO - estabeleçam mecanismos participatórios e DESCENTRALIZADOS para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais</p> <p>6. atribuam a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. CORRETO</p> <p>7. desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. CORRETO</p> <p>8. garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. CORRETO</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
18	I e II	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que as escolas têm percebido a importância das tecnologias para a aprendizagem na atualidade. Pensar no processo de ensino e aprendizagem em pleno século XXI sem o uso constante dos diversos instrumentos tecnológicos é deixar de acompanhar a evolução que está na essência da humanidade. Nesse cenário, pode-se afirmar que:</p> <p>I. A disseminação e uso de tecnologias digitais, marcadamente dos computadores e da internet, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de uso das mídias e, por conseguinte, de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender – viver. CORRETO</p> <p>II. Cabe à escola procurar meios de promover a integração tecnológica, oferecendo meios para a produção de um conhecimento a nível contemporâneo. CORRETO</p> <p>III. Se a educação, antes do surgimento tecnológico, visava à agregação de valores aos conhecimentos produzidos e divulgados em sala de aula, com as tecnologias ela</p>	INDEFERIDO	-

		<p>perdeu esse caráter agregador e diminuiu o interesse pelos valores e pela ética. INCORRETO.</p> <p>Se a educação, antes do surgimento tecnológico, já visava a agregação de valores aos conhecimentos produzidos e divulgados em sala de aula, com as tecnologias ela teria uma contribuição qualitativa que levaria a um crescimento não apenas econômico, no que cerne ao desenvolvimento de um país, mas também ao crescimento participativo e crítico das capacidades humanas. Hoje, a escola, o gestor, o educador e a família precisam entender que, as mudanças ocorrem cada vez mais rápidas, aceleradas na constante transformação, evolução e expansão da informação e do conhecimento, interferindo e dimensionando diretamente nossa realidade atual e colaborando para a transformação e mesmo a melhoria das pessoas nas formas de se comunicar e de interagir com os meios e com o mundo, trazendo assim a curiosidade e a vontade de criar novos hábitos, de conviver, de se adaptar e de acompanhar esta evolução (FRANÇA, 2010, p.110).</p> <p>Para Almeida e Silva (2011): A disseminação e uso de tecnologias digitais, marcadamente dos computadores e da internet, favoreceu o desenvolvimento de uma cultura de uso das mídias e, por conseguinte, de uma configuração social pautada num modelo digital de pensar, criar, produzir, comunicar, aprender – viver. E as tecnologias móveis e a web 2.0, principalmente, são responsáveis por grande parte dessa nova configuração social do mundo que se entrelaça com o espaço digital (p.4).</p> <p>É importante enfatizar a “contextualização” que também deve estar imbricada nesse contexto, pois se faz necessário se apropriar do conteúdo e redefini-lo de acordo com os contextos reais de seu uso. Assim, cabe à escola procurar meios de promover essa integração tecnológica, oferecendo meios para a produção de um conhecimento a nível contemporâneo. O sujeito impactado por essas atividades, jamais voltará a ser o mesmo. Ele buscará construir sua própria busca, no seu contexto, visando um conhecimento a partir das tecnologias que se faz em rede.</p> <p>Observe-se, ainda, que NÃO há qualquer truncamento ideológico que possa contribuir para o não entendimento da questão.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação da questão com o previsto em edital, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
19	I e II	Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que, de	INDEFERIDO	-

		<p>acordo com a legislação vigente, cabe aos sistemas de ensino regulamentar a gestão democrática por meio de instrumentos fundamentais ao incremento da participação indicados a seguir:</p> <p>I. Projeto Político-Pedagógico da escola, elaborado por profissionais da educação. CORRETO – observe-se que NÃO se afirma que apenas o profissional da educação elabora o projeto. Dessa forma NÃO há incongruência na afirmação.</p> <p>II. Conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. CORRETO</p> <p>III. Diretrizes, objetivos e metas a serem implementadas nas diversas etapas e modalidades da educação básica e superior. INCORRETO</p> <p>Na Lei n. 9.394/1996, a gestão democrática, enquanto princípio, o aparece no artigo 3 , inciso VIII: "Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino". Sobre os princípios norteadores da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica, a LDB dispõe: Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. De acordo com a legislação vigente, cabe aos sistemas de ensino regulamentar a gestão democrática por meio de dois instrumentos fundamentais ao incremento da participação: a) Projeto Político-Pedagógico da escola, elaborado por profissionais da educação; b) conselhos escolares que incluam membros da comunidade escolar e local. Portanto, nem o Projeto Político-Pedagógico da escola pode ser desenvolvido sem o envolvimento dos profissionais da educação, nem o conselho escolar pode prescindir dos professores e dos funcionários. Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
20	1 e 2	<p>Em resposta ao recurso interposto, temos a dizer que a formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:</p> <p>13.formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante.</p> <p>14.formação que favoreça e estimule a inovação e a</p>	INDEFERIDO	-

		<p>investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa.</p> <p>15.formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de informação e aprendizagem académicas.</p> <p>16.aquisição de competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e permanência do sistema educativo.</p> <p>Consideramos, ainda, ser importante salientar o que vem referido nas alíneas f, g e h do artigo antes mencionado: 1 - A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios: (...) f) formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e atuante; g) formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a atividade educativa; h) formação participada que conduza a prática reflexiva e continuada de AUTOINFORMAÇÃO E AUTOAPRENDIZAGEM. Vemos assim, consignada na lei, a forte articulação entre a formação e o seu impacto em nível intra e interindividual, organizacional e social, conforme anteriormente havíamos referido. O Decreto-Lei nº 344/89 de 11 de Outubro, ao estabelecer o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, regulamenta a formação destes profissionais e enuncia os princípios a que a formação deve obedecer com algumas reformulações ao que já havia sido enunciado no artigo 30º, nº 1 da Lei 46/86 de 14 de Outubro, entre as quais destacamos as alíneas b e f do artigo 3º.</p> <p>Este mesmo Decreto-Lei (artigo 25º) salienta que a formação contínua é um direito e um dever e define três objetivos fundamentais (artigo 26º, nº 1). Entre eles tem-se: adquirir novas competências relativas à especialização exigida pela diferenciação e MODERNIZAÇÃO do sistema educativo.</p> <p>Sendo assim, por não haver qualquer inadequação na questão nem em seu gabarito, considera-se improcedente o recurso impetrado.</p>		
--	--	---	--	--